

RELAÇÕES SUL-SUL: A COOPERAÇÃO ENTRE BRASIL E GUINÉ-BISSAU NA ÁREA DE EDUCAÇÃO (2003-2010)¹

Rute António da Silva²

RESUMO

O artigo tem por finalidade compreender aspectos das relações bilaterais Brasil-Guiné-Bissau na esfera educacional a partir da análise de acordos de cooperação internacional para o desenvolvimento (CID), frutos do que se denomina “Cooperação Sul-Sul”. Além disso, pretendeu conhecer os primeiros esforços de articulação dessa cooperação e as contribuições mais imediatas para a superação das lacunas no setor do ensino guineense. A cooperação Sul-Sul, com o objetivo de promover de maneira sustentável e solidária o crescimento e o bem-estar social, envolve modalidades de cooperação técnica como: intercâmbios, partilha de conhecimentos, experiências e habilidades e o investimentos de recursos. De natureza qualitativa e mobilizando método documental e análise de conteúdo, a pesquisa apresenta uma compreensão geral sobre a situação do ensino superior guineense e algumas características das relações deste país com o Brasil a partir da linha histórica de acordos firmados. Pode-se afirmar que os acordos têm gerado resultados positivos no âmbito da educação em nível superior, mas as instabilidades políticas e condições socioeconômicas de Guiné-Bissau passam a ser um entrave para que os quadros formados retornem e contribuam para o país.

Palavras-chave: cooperação sul-sul; educação - cooperação internacional; Guiné-Bissau - relações econômicas exteriores; Brasil - relações econômicas exteriores.

ABSTRACT

The article aims to understand aspects of the bilateral relations between Brazil and Guinea-Bissau in the educational sphere through the analysis of international cooperation agreements for development (ICD), resulting from "South-South Cooperation." Additionally, it seeks to explore the initial efforts to articulate this cooperation and its most immediate contributions to addressing the gaps in the education sector of Guinea-Bissau. South-South Cooperation, with the goal of promoting sustainable and solidarity-based growth and social well-being, involves technical cooperation modalities such as: exchange missions, knowledge sharing, experience and skills transfer, and resource investment. From a qualitative methodology, using documents and content analysis, the research provides a general understanding of the current situation of higher education in Guinea-Bissau and some characteristics of the relations between the country and Brazil, based on the historical line of agreements signed. It can be stated that the agreements have generated positive results in the field of higher education, but the political instability and socioeconomic conditions in Guinea-Bissau have become an obstacle for trained professionals to return and contribute to the country.

Keywords: South-South cooperation; education - international cooperation; Guinea-Bissau - foreign economic relations; Brazil - foreign economic relations.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Íris Gomes dos Santos. Agradecimentos ao Guilherme Kiraly Robles, pelo fornecimento dos documentos oficiais de acordos de cooperação Brasil-Guiné-Bissau.

² Bacharela em Humanidades e graduanda em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

A educação é uma ferramenta muito importante na formação de identidade cultural de um país, pois não se trata apenas de um conhecimento acadêmico, mas também da acomodação de valores e comportamentos. Na concepção de Furtado (2005), a educação é uma necessidade social em duplo sentido porque envolve tradição, construções culturais que permitem a promoção socioeconômica e, por outro lado, capacita para a inovação e garante um número significativo de indivíduos hábeis para criar soluções e enfrentar os problemas do desenvolvimento.

Antes da dominação colonial, em Guiné-Bissau não havia instituições escolares formais como as atuais. A forma de educar consistia em aquisições de certos conhecimentos e vivências na sociedade ao longo da vida, sendo transmitidos aos mais novos de maneira oral. Como demonstra o pesquisador guineense Ocuni Cá (2005, p. 25), “não havia pessoas que ensinassem na sociedade africana tradicional um ensino formalizado tal como na sociedade ocidental,” a educação era baseada no exemplo de comportamento e do trabalho de cada aprendiz, de modo que, cada adulto representava em alguma medida um professor, e assim, as pessoas aprendiam através da participação na vida do grupo familiar, da comunidade, escutando histórias dos mais velhos e assistindo às cerimônias conjuntas.

No entanto, é importante frisar que, apesar da não existência das instituições escolares, isso não significa a inexistência de ensino e aprendizagem, pode-se dizer que existia uma educação informal, que repassava os ensinamentos tradicionais e culturais de forma oral, dos mais velhos aos mais novos, de geração para geração. À época, a educação se preocupava com a humanidade, com a solidariedade entre os povos e com seus conflitos e dinâmicas. Após a chegada dos portugueses foi instituída uma educação “civilizatória” que passou a desvalorizar a cultura e os saberes tradicionais africanos. Ainda de acordo com Cá (2005, p. 25), a ocupação portuguesa introduziu um sistema de ensino formal sob o modelo europeu, onde as escolas eram instituições à parte, fechadas em si, longe da vida comunitária e social dos povos originários.

A despeito disso, o ensino formal foi implementado tardiamente no país e não estava disponível para todas as pessoas. Os colonizadores nunca permitiram que a educação fosse além do nível mínimo mais baixo, para preservar as prerrogativas conquistadas. Portanto, a educação era restrita a uma pequena parte da população com a finalidade de fortalecer a hegemonia portuguesa e servir para intermediação entre a administração colonial e a população autóctone (Cá, 2005). Em consequência disso, a Guiné Bissau ainda hoje é um país com alto índice de analfabetismo. Djaló (2020) aponta que, a colonização portuguesa na África foi diferenciada,

em alguns países foi mais violenta, em outros nem tanto, mas na Guiné-Bissau foi severa e cruel, principalmente no que concerne ao acesso à educação para os cidadãos locais. Deste modo, o país conheceu tardiamente o ensino médio, com a criação do primeiro liceu apenas em 1958 - sendo 60% dos estudantes portugueses, enquanto Cabo-Verde conheceu o seu primeiro liceu em 1917 (Djaló, 2020).

A partir dessa afirmação, pode se dizer que, o atraso da Guiné-Bissau, no que diz respeito ao sistema educativo, se comparado com as outras ex-colônias portuguesas, se deve a um projeto deliberado que via o país apenas como um instrumento de exploração e não de povoamento. A exploração colonial permaneceu por mais de três séculos até os anos 60, quando iniciou-se a luta de libertação nacional (1963), liderada pelo Partido Africano da Independência de Guiné e Cabo-Verde (PAIGC). A luta armada durou cerca de dez anos até a conquista da sua autonomia em 1973.

Com a sua independência reconhecida em 1974, a Guiné-Bissau adotou um modelo de desenvolvimento baseado no socialismo e passou a ser governado por um único partido – PAIGC. Logo nos primeiros anos da sua independência, foi “atropelado” por um golpe de estado em 1980 (Djaló, 2020). Segundo Amado (2020), de 1974 até os anos 90, o país vivenciou uma série de crises internas como: crises políticas, socioeconômicas, dentre outras, e por esses motivos sofreu pressões externas da comunidade internacional, bem como das organizações financeiras internacionais, nomeadamente o Banco Mundial, e Fundo Monetário Internacional - FMI, e se viu obrigado a mudar o sistema político para a resolução dessas hostilidades estrangeiras.

De acordo com Furtado (2005), a Guiné-Bissau aderiu à democracia oficialmente apenas em 1994, com a realização das primeiras eleições multipartidárias. A saber, em 1990 iniciaram as movimentações para a implementação do sistema democrático em vários países africano, incluindo a Guiné-Bissau, para tanto, foi necessário alterar vários pontos da sua Constituição original que dava ao PAIGC o “privilégio” de ser a única força partidária dirigente no país. Com a extinção e a criação de novas leis, foi permitida a composição de outros partidos, dando início oficialmente à sua abertura política.

Do ponto de vista educacional, desde a independência iniciaram as tentativas de implementar um sistema de ensino capaz de melhorar o aprendizado dos alunos visando à promoção de um desenvolvimento sustentável. Nas palavras de Furtado (2005), o país se viu perante um gigantesco dilema, que era construir um novo sistema educativo para um novo contexto social, guiado por objetivos genuínos decorrentes dos ideais políticos forjados durante a luta de libertação nacional, mas enfrentando as limitações no que se refere à experiência, aos

recursos humanos qualificados, à infraestruturas e aos meios financeiros, mesmo num contexto de solidariedade da comunidade internacional e nações amigas.

Cambanco (2016) disse que apesar das tentativas, a Guiné-Bissau não conseguiu aplicar uma política capaz de superar o *déficit* de escolaridade e formar quadros suficientes e capazes de contribuir de forma eficaz no processo do desenvolvimento e na superação da pobreza. Dado isso, vem estabelecendo parcerias com outros países, enviando estudantes para qualificação no ensino superior e ensino técnico profissional no estrangeiro (Fonseca apud Cambanco, 2016). Assim, a emigração acabou sendo uma alternativa real de constituição de um futuro a partir da escolarização em maiores níveis. Neste contexto, a cooperação internacional entre o Brasil e a Guiné-Bissau na área da educação tem atraído muito o interesse dos jovens guineenses, visto que, nos últimos anos, as candidaturas para bolsas de estudos no ensino superior brasileiro têm se mostrado cada vez mais crescentes, e isso se deve não somente pela menor disponibilidade de vagas em cursos universitários, mas também pela instabilidade política e a fragilidade do ensino guineense, dentre outros.

Assim, o presente artigo pretende exhibir aspectos das relações bilaterais Brasil-Guiné-Bissau na esfera educacional a partir da análise de acordos de cooperação internacional frutos do que se denomina “Cooperação Sul-Sul”. Além disso, historiciza as origens dessa cooperação e as contribuições mais imediatas para a superação das lacunas no setor do ensino guineense. Buscou-se responder às seguintes questões: i) *Quais as características da cooperação Brasil e Guiné-Bissau na área de educação?* Ii) *Quais as contribuições mais imediatas dessa relação para o setor do ensino guineense?*

A investigação, de natureza qualitativa, mobilizou técnicas de revisão temática de literatura com a análise de conteúdo documental. A pesquisa bibliográfica se realiza com o levantamento de referências teóricas produzidas e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros artigos científicos e produtos acadêmicos variados (Fonseca, 2002). Qualquer trabalho científico começa ou deve começar com a exploração de dados bibliográficos, pois permite que o pesquisador/a conheça o que já se estudou sobre o assunto. Por sua vez, a análise de fontes documentais é um método de pesquisa usado para avaliar diferentes documentos desde os públicos e os governamentais aos privados. São exemplos: fotos, vídeos, filmes, leis, jornais, revista dentre outros. Portanto, o pesquisador precisa analisar a pertinência de cada documento incluído ou encontrado no processo investigativo (Junior *et al.*, 2021). Em suma, para a elaboração deste artigo foram utilizadas fontes bibliográficas (livros, teses, dissertações, monografias, artigos) e documentais (relatórios das Nações Unidas, acordos de cooperação).

O texto estrutura-se em quatro partes, além desta introdução, na primeira seção abordaremos as dimensões histórica e conceitual da Cooperação Sul-Sul, trazendo as perspectivas de alguns importantes autores da área. Ainda na primeira parte, discute-se sobre as origens das relações de cooperação entre o Brasil e os países africanos. Já a segunda parte, traz dados e analisa os acordos de cooperação entre Brasil e Guiné-Bissau, assim como as contribuições dessa cooperação para a sociedade guineense. E, por fim, apresenta as conclusões possíveis diante da baixa quantidade/disponibilidade de materiais, em especial por parte do país africano.

2 DIMENSÕES HISTÓRICAS E CONCEITUAIS DA COOPERAÇÃO SUL-SUL COMO PROPULSORA DO DESENVOLVIMENTO

A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) representa ações de atores internacionais para promoção de um desenvolvimento sustentável, sejam eles atores públicos ou privados, tais como: como os Estados Nacionais; as Organizações Internacionais; a sociedade civil; dentre outros. A cooperação refere-se a uma relação de respeito mútuo sem hierarquia do poder, e implica uma postura de tolerância e convivência com as diferenças entre as partes envolvidos. (Águas, 2008). Para Ayllón, apud Fonseca (2014), a CID é um conjunto de atuações de caráter internacional realizado por atores públicos e privados de países com rendas diferentes, visando a promoção do progresso econômico e social dos países em Vias de Desenvolvimento (PVD), para que consigam um progresso mais justo e equilibrado no mundo, com o objetivo de contribuir para um planeta mais seguro e pacífico. Nas palavras de Ayllón, citado por Fonseca (2014):

A aparição da ajuda ao desenvolvimento e sua atual fisionomia é o resultado das dinâmicas históricas que tem dado forma ao sistema internacional contemporâneo. *Em primeiro lugar* a confrontação Leste-Oeste e conflito Norte-Sul; *Em segundo lugar*, o processo de descolonização; e *em terceiro lugar*, as dinâmicas da globalização e a paulatina integração da economia mundial. Os três processos estão muito relacionados, sendo essas três dinâmicas a base da explicação da maior parte dos acontecimentos-chave na evolução da Cooperação ao desenvolvimento (Ayllón apud Fonseca, 2014, p. 26).

A CID tem caráter estratégico especialmente em contextos posteriores ao processo de independência de um país, que implica um recomeço, reforma ou reconstrução, ainda mais no Continente africano cujos processos de libertação e soberania estatal externa, em sua maioria,

passaram a ser efetivados nas décadas de 60-70 do século passado. Grande parte dos países africanos ao se tornarem independentes compartilhavam sentimentos e desafios estruturais, pois muitos desses passaram por lutas armadas para conquistarem as suas liberdades, movimentos políticos de alto custo humano, social e econômico. As relações internacionais estão colocadas neste tabuleiro, com o apoio de outros países à luta, o compartilhamento de estratégias, de recursos etc. Aqui, as parcerias internacionais entre Estados do Sul global e movimentos sociais diversos se transformaram em apostas de mais horizontalização, o que facilitaria o enfrentamento de dificuldades socioeconômicas tais como; a pobreza, a desigualdade social, a baixa industrialização, dentre outras.

Souza (2014), afirma que a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) surgiu num contexto no qual muitos países se encontravam em situações de vulnerabilidade, entre eles alguns países europeus que ficaram totalmente destruídos com bombardeios e invasões durante a segunda guerra mundial, e os países africanos que estavam em processo de descolonização. Portanto, precisavam de assistência externa para superar os prejuízos, principalmente econômicos, deixados pela guerra na Europa e pelos colonizadores em África.

Ainda de acordo com Souza (2014), a CID é conformada por países ocidentais capitalistas, países do bloco comunista, e os países do Terceiro Mundo. No entanto, a partir dos anos 1960, os países membros do Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com origens na CID na forma do plano Marshall, passaram a ser conhecidos como doadores tradicionais, ao passo que os países do chamado Terceiro Mundo eram identificados como recipiendários ou receptores. Os atores envolvidos na cooperação internacional para o desenvolvimento eram diferenciados por classes, de acordo com o índice do desenvolvimento (Souza, 2014). Lopes (2008) argumenta que a disputa ideológica entre as superpotências nesse período conferia aos programas de ajuda internacional significativo caráter estratégico, pois na ocasião os Estados Unidos estabeleceram estreitas relações com os países ocidentais, e assim o plano Marshall cumpriu a dupla função de ser uma estratégia de ajuda econômica, e manutenção de mercados, e de contenção da ideologia “rival”.

Embora venha a ter sua institucionalização apenas depois da Segunda Guerra Mundial, Milani (2014) afirma que já existiam iniciativas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento bem antes de 1945, porém essas atuações ainda não eram formalizadas. Com o cenário da destruição da Europa e a intensificação do processo da descolonização, tornou-se necessário institucionalizar a CID para facilitar as dinâmicas de troca.

Já a cooperação Sul-Sul é uma modalidade da CID realizada através de parcerias entre dois ou mais países em desenvolvimento, com objetivo de promover de maneira sustentável e solidária para o crescimento com bem-estar social. Ela envolve modalidades de cooperação técnicas como: intercâmbios, partilhas de conhecimentos, experiências, habilidades e recursos. Contudo, entende-se que os países não têm expectativas e estratégias idênticas, podendo ter objetivos tanto comuns como individuais. Assim, podem buscar obter influência sobre as nações com menor influência mundial, apoio de aliados, construir uma visibilidade em nível internacional ou construir coletivamente estratégias para alcançar o desenvolvimento.

Danielle Ullrich & Rosinha Carrion (2013) afirmam que a cooperação Sul-Sul teve a sua formação política em abril de 1955, na conferência Ásia-África, realizada em Bandung, Indonésia. Nessa conferência, reuniram-se os países ditos "subdesenvolvidos" com intuito de apresentar aos "desenvolvidos" os principais problemas referentes ao desenvolvimento humano com sustentabilidade e sem endividamento. Disso, se formou o Movimento dos Não Alinhados, e mais tarde o Grupo dos 77, que buscava uma reforma no sistema econômico internacional.

Na concepção de Assis (2016), a necessidade de estabelecer relações de cooperação fez com que os países recém independentes comesçassem com a tentativa de institucionalizar a agenda da Cooperação Sul-Sul nos debates da Organizações das Nações Unidas (ONU). Desta forma, a década de 1970 também foi marcada pela institucionalização do movimento, onde foram criados vários mecanismos de diálogo capazes de articular posicionamentos internacionais e coordenar políticas que permitissem o compartilhamento de experiências para definir o alcance de metas comuns. Portanto, em 1978, o conceito de Cooperação Sul-Sul (CSS) foi citado pela primeira vez na ONU, na Conferência de Buenos Aires (Assis, 2016).

De acordo com Souza (2014), o processo da globalização nas últimas décadas mudou a configuração do cenário internacional, visto que alguns países que dependiam da ajuda externa saíram da condição de "recipiendários" e se tornaram doadores, e outros se tornaram recipiendários e doadores ao mesmo tempo. Por isso, a CID contemporânea demonstra ser mais complexa e multifacetada, de modo que, tornou-se inapropriada a forma como se classificavam os atores no período pós-guerra, a saber: desenvolvidos, subdesenvolvidos etc. (Souza 2014). Essas mudanças da realidade política e econômica mundial criaram desafios na compreensão e na conceitualização da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Vale salientar que, ainda hoje, não há um consenso sobre o conceito da CID. É possível afirmar que existem várias definições para o termo, conforme relatam Kerch & Schneider (2013, p. 2), “[...] são decorrentes da vastidão conceitual ou teórica com que se abordam diferentes agentes e agências de cooperação governamentais ou não-governamentais assim como seus objetivos e

pressupostos, entre outros tantos elementos envolvidos”. Da mesma forma, Leite (2012) afirma que existem várias conceitualizações da CSS que incorporam a dimensão do comércio e dos investimentos Sul-Sul, mas não há consenso sobre o termo. Leite (2012) entende que a CSS

Em geral é usado para se referir a um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento formação de coalizões de geometrias múltiplas, barganha coletiva em negociações multilaterais, arranjos regionais de integração, assistência para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas fluxo de comércio e de investimentos privados (Leite, 2012, p. 1).

Barros & Nogueira (2015), por sua vez, afirmam que os termos "Norte" e "Sul" são conceitos vagos, amplamente utilizados no campo político e acadêmico das relações internacionais, de modo que, o "Sul" pode ser entendido como um conjunto de países que são identificados como países do "Terceiro Mundo," "subdesenvolvidos," em desenvolvimento ou mesmo potências emergentes, por outro lado, o "Norte" constitui países do chamado "Primeiro Mundo," "desenvolvidos" ou grandes potências.

Por fim, Souza (2014) relata que nos países desenvolvidos a CID é empregada como "assistência", ao passo que, nos países do Sul global é entendida como cooperação. Diferentemente da assistência, a cooperação implica numa relação de benefícios mútuos, horizontalidade e maior participação e controle local dos recursos, o que serve como propósito político de diferenciar o fenômeno que ocorre no âmbito Sul-Sul daquele verificado há muito tempo e em maior extensão no âmbito Norte-Sul. Os países do sul referem-se aos países envolvidos na cooperação para o desenvolvimento como "parceiros". Além disso, a cooperação Sul-Sul muitas vezes não estabelece a condicionalidade social, ambiental, de governança e direitos humanos, e é orientada pelas demandas dos países parceiros. Enquanto a assistência é guiada pelos princípios filosófico da filantropia e do altruísmo (Souza, 2014).

2.1 ORIGENS E LAÇOS DE COOPERAÇÃO ENTRE "BRASIL-ÁFRICA"

A África é um vasto continente, rico em biodiversidade, e composto por 54 países com uma grande pluralidade étnica, cultural e religiosa, sendo o terceiro maior continente do mundo, e um dos mais populosos. As origens da relação entre Brasil-África foram atravessadas pelo processo colonialista português (século XVI), e com finalidades escravagistas e de exploração econômica. Contudo, pelo amplo contingente populacional de pessoas escravizadas, os vínculos entre este país e o território africano perduraram para além de um momento histórico e comercial específico, ainda que com suas idas e vindas.

Como argumenta Lessa (2017), historicamente, o Brasil e a África já mantinham relações desde o início do século XVI, com a chegada dos primeiros africanos escravizados trazidos da costa ocidental, inicialmente de Angola e do Congo, e, mais tarde, das regiões da Nigéria, Gana, Daomé e Togo. Porém, até a abolição da escravatura no Brasil, essa relação se limitou à escravidão e ao tráfico transatlântico de escravizados. Após a abolição da escravatura sua relação direta com o continente vizinho foi quase totalmente rompida. À época, o governo brasileiro buscou construir uma imagem de sociedade moderna e ocidental. Desde então, o Brasil passou a expandir suas políticas econômicas e comerciais para a Europa, voltando-se posteriormente para o estabelecimento de relações com os Estados Unidos.

As relações comerciais do Brasil com a África tornaram-se irrelevantes, dado que a maioria dos países africanos continuava sob domínio colonial e a política dos colonizadores impedia a abertura do comércio Lessa (2017). Somente no início dos anos 60, com a procura por implementar uma política externa mais independente, o Brasil tornou a se reaproximar dos países africanos, sendo inclusive dos primeiros a reconhecer a soberania da Guiné Bissau, em 1974, de Angola, em 1975, dentre outros (Kamilla Rizzi, 2012).

Fatores históricos como o fim da Guerra Fria, a queda do muro de Berlim e o processo da descolonização nos países africanos, sinalizaram para o Brasil a oportunidade de criar uma zona de influência em África para alcançar o seu objetivo de tornar-se uma potência emergente. Diante disso, é possível afirmar que a cooperação Sul-Sul foi inserida na agenda da política externa brasileira a partir do momento em que a sua aliança com os Estados Unidos passa a diminuir. Visentini & Pereira afirmam que,

Em 1961, com o lançamento da Política Externa Independente, por Jânio Quadros e seu chanceler Afonso Arinos, o Brasil lançou uma política africana e tomou posição em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais, especialmente das colônias portuguesas, que iniciavam a luta armada. A assinatura de diversos Acordos Culturais propiciou o estabelecimento de um programa de bolsas de estudo para estudantes africanos no Brasil, que viria a dar origem ao Programa de Estudantes Convênio (PEC-G) (Visentini; Pereira, 2008, p. 2).

Milani & Conceição & M'bunde (2016), afirmam que, o envolvimento do Brasil com a CID na condição de doador não é algo recente, suas primeiras experiências iniciam nos anos 60. O financiamento do governo brasileiro e o seu interesse neste campo têm crescido desde a Constituição de 1988, e ganharam mais atenção e densidade nos dois primeiros mandatos do Lula (2003-2010). Conforme Silva, apud Cambanco, 2016:

O governo brasileiro entende que a cooperação para o desenvolvimento não se resume à interação entre doadores e recebedores: “entendemo-las como uma troca entre semelhantes, com mútuos benefícios e responsabilidades. Trata-se de um modelo ainda em construção, que, apesar de já revelar algumas de suas características, ainda carece de maior sistematização e debate. Este levantamento representa, portanto, o primeiro passo no sentido de construir uma política de cooperação internacional para o desenvolvimento integrada aos objetivos da política externa brasileira, que não esteja sujeita às prioridades de cada governo, mas que possa contar com uma ampla base de apoio no Estado e na sociedade civil. (Silva *apud* Cambanco, 2016, p. 70).

Na mesma linha, Djaló (2014) indica que as relações de cooperação entre Brasil e África iniciaram-se nos 60, considerado “ano da África”. Em tal contexto, muitos dos países africanos tornaram-se independentes e o então presidente do Brasil, Jânio Quadros, cujas ideias baseavam-se no suposto de que o Brasil era uma potência mundial emergente, decidiu ampliar suas relações diplomáticas para impulsionar o processo da industrialização do Brasil e torná-lo mais independente das potências da Guerra Fria. Logo, a descolonização da África surgiu como uma oportunidade de atrelar o Brasil à dinâmica da mudança mundial (Djaló, 2014). Fundou-se, assim, em 1961 a primeira embaixada brasileira no continente africano, em Acra (Gana), e um ano depois foram criadas outras embaixadas em Dakar (Senegal) e em Lagos (Nigéria). Na perspectiva de Amorin (2009), para o Brasil:

[...] a cooperação técnica é um instrumento central da ação externa brasileira. A cooperação que o Brasil promove, num verdadeiro espírito sul-sul, privilegia a transferência de conhecimento, a capacitação, o emprego da mão-de-obra local e a concepção de projetos que reconheçam a realidade específica de cada país. a solidariedade que anima o relacionamento do Brasil com outros países em desenvolvimento é pilar fundamental de nossas ações de cooperação com a África (Amorin; Agência Brasileira de Cooperação, 2009, p. 5).

De acordo com Milani & Conceição & M'bunde (2016), a CT/ED brasileira incluí uma extensa lista de setores, porém somente alguns deles são considerados como áreas prioritárias. Entre 2005 e 2013, a educação ocupou a terceira posição entre as áreas mais importantes dos programas de cooperação técnica do Brasil. Ainda de acordo com os autores, os principais objetivos da cooperação educacional brasileira são promover melhores padrões de educação dos cidadãos vindo de outras regiões em desenvolvimento, criar diálogo no domínio da educação entre jovens brasileiros e estrangeiros. Também objetiva a divulgação da cultura e “língua brasileira”. Conforme o Itamaraty, *apud* Cambanco 2016:

A cooperação educacional é uma vertente positiva das relações entre países, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social e promovendo valores como tolerância e respeito à diversidade cultural. A política externa para temas educacionais se orienta pela busca de resultados nas dimensões econômicas, política e cultural. Por relacionar-se diretamente à qualificação da mão-de-obra de um país, a cooperação

educacional contribui para o desenvolvimento econômico. Em um mundo globalizado, em que a capacidade de uma economia para atrair capitais, investimentos e tecnologias está condicionada ao nível educacional e à qualificação de seus recursos humanos, iniciativas de cooperação educacional objetivam a inserção competitiva no mercado internacional. (Itamaraty *apud* Cambanco, 2016, p. 68).

Baseando nos relatórios de COBRADI (IPEA e ABC, 2010 e 2013), os autores Milani & Conceição & M'bunde (2016) assinalam que os gastos brasileiros com bolsas de estudo no ensino superior totalizaram um montante aproximado de 174 milhões de dólares. Em média, entre 2005 e 2010, cerca de 7,4% de toda a CID foi destinada à cooperação em educação. No período de 2009 e 2010, a despesa pública em CID/ED aumentou 40,7% e, ainda em 2010, o financiamento de bolsas de estudo aumentou e atingiu 34 milhões de dólares, o que corresponde a mais de 97% do total das despesas da CID/ED brasileira em 2010. Salienta-se que a distribuição geográfica das bolsas de estudo refletiu prioridades similares da política externa, onde um percentual em torno de 73% das bolsas de graduação foi destinado a estudantes dos PALOP.

O Ministério da Educação do Brasil (MEC) tende a priorizar mais os programas de intercâmbio com países que apresentam deficiências nos sistemas de ensino superior, por isso os países do PALOP aparecem com maiores porcentagens de bolsas de estudo, conforme Milani & Conceição & M'bundé (2016, p. 14): “os PALOP absorvem 76,5% de toda a CID brasileira para a região: Cabo Verde é o principal, com 24,4%; seguido por Guiné- Bissau (21,2%); Moçambique (13,3%); São Tomé e Príncipe (10,4%) e Angola, com 7,2%”.

Os programas de graduação e pós-graduação constituem o principal eixo norteador da CID brasileira. O Programa de Estudantes-convênio Graduação (PEC-G) oferece bolsas de estudo na graduação para estrangeiros, selecionados em seus próprios países, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação e pela embaixada brasileira local, ao passo que o Programa de Estudantes-convênio Pós-Graduação (PEC-PG) dispõe bolsas para estudantes estrangeiros que já possuem graduação e assim realizem cursos de mestrado e doutorado no Brasil. (Milani & Conceição & M'bundé, 2016).

3 ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O BRASIL E A GUINÉ-BISSAU NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A aproximação entre o Brasil e a Guiné-Bissau se deu por afinidades e laços históricos, visto que ambos os países são ex-colônias de Portugal e falam uma língua em comum. A Guiné-

Bissau, sendo um país recém independente que passava por crises políticas e socioeconômicas, buscou alternativas no plano internacional por meio de novas parcerias de cooperações internacionais para superar suas crises internas e promover a construção de uma nova nação. As principais fontes de economia do país atualmente são a agricultura, pesca e castanha de caju. Trata-se de um dos países com o menor PIB do mundo, que corresponde a 1,63 bilhões de dólares em 2023, e com Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) correspondente a 0,483, estando em 177º lugar no ranking mundial, segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano 2023-2024, publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Ou seja, a Guiné-Bissau carece de recursos econômicos para investir numa educação de qualidade, o que pode ser ilustrado pela baixa infraestrutura e poucos equipamentos educacionais, bem como a insuficiência de profissionais capacitados e materiais didáticos adequados para aprendizagem, desde o ensino básico até o nível do ensino superior. Sendo assim, o país conta com apenas uma universidade pública, nomeadamente “Universidade Amílcar Cabral” (UAC), e cerca de sete universidades privadas, assim como algumas Faculdades e Escolas de Formação Superior, situados na capital Bissau. A Universidade Amílcar Cabral, apesar de ser “pública” não é gratuita, pois há custos e despesas custeadas pelos estudantes. Portanto, uma cooperação na área de educação, principalmente no ensino superior, demonstra ser uma ferramenta muito importante para superar os déficits no âmbito educacional e na formação de quadros capazes de contribuir de forma eficaz no processo do desenvolvimento e na superação da pobreza, pois nenhum país é capaz de alcançar o bem-estar sem educação.

O primeiro acordo bilateral entre a República Federativa do Brasil e a República da Guiné-Bissau iniciou efetivamente em 1978, durante o mandato do Luís Cabral na presidência da República da Guiné-Bissau e o Ernesto Geisel, presidente da República Federativa do Brasil. O acordo envolveu diversas áreas: segurança, saúde, agricultura, educação, segurança alimentar, justiça, apoio às eleições, entre outros. De 1974 até 1978, ocorreram várias interações políticas e diplomáticas entre os dois governos, entre elas o apoio do Brasil à aderência da Guiné-Bissau como membro das Nações Unidas, a visita do Comissário de Estado dos Negócios Estrangeiros da Guiné Bissau, Victor Saúde Maria, ao Brasil, que trouxe as demandas do país, e uma missão brasileira em Guiné Bissau, que visava fazer um levantamento de possibilidades e prioridades para pronto início do programa da cooperação em 1976. Deste modo, em 1978 foi assinado o primeiro acordo de cooperação técnica e científica entre os dois países, por meio do qual o governo brasileiro apoiaria o desenvolvimento socioeconômico de Guiné-Bissau (Rizzi, 2012).

Em 1980, o Presidente da República da Guiné-Bissau, Luiz Cabral, fez uma visita oficial ao Brasil, e três anos depois em 1983, o país recebeu a visita do Presidente brasileiro, João Baptista de Oliveira Figueiredo, e assim configurou-se como o primeiro presidente brasileiro a visitar a Guiné-Bissau. No entanto, as mudanças de governos e diferentes visões da política da diplomacia provocaram enfraquecimento na política de cooperação com a Guiné-Bissau.

A nuvem de palavras 1 retrata os principais temas incluídos em todos os acordos firmados entre Guiné-Bissau e Brasil desde o primeiro, datado de 1978. Como evidencia-se, o foco principal dessa relação de cooperação diz respeito ao campo da formação educacional e/ou profissional. Ainda que a palavra “produção” apareça como mais frequência, não foram implementados de fato projetos específicos de orientação industrial ou comercial que sejam considerados relevantes ao longo deste tempo de cooperação. O quadro 1 apresentará de forma mais detalhada como a educação é central na cooperação entre os países em questão.

Figura 1 - Nuvem de Palavras dos Termos Centrais nos Acordos Bilaterais entre Guiné-Bissau e Brasil



Fonte: elaboração própria com base nos documentos disponibilizados pela ABC.

Conforme Visentini & Pereira (2008), após um longo período de distanciamento, as relações Brasil-África, ganharam um novo contorno a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. Durante os seus dois primeiros mandatos foram ajustados vários acordos de cooperação existente entre os dois governos, em diversas áreas incluindo a educação, o que desencadeou na criação da UNILAB. De acordo com Milani & Conceição & M’bundé (2016), no governo de Lula da Silva, e durante o mandato do presidente guineense, Malam Bacai Sanhá, em 2010,

foi criada uma nova universidade federal, denominada Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), com a finalidade de promover cooperação com os PALOP's e os demais países da CPLP, e desde então, a UNILAB tem sido a universidade responsável por acolher estudantes dos cinco PALOP's. Os autores ainda afirmam que, a UNILAB desempenhou um papel muito importante em 2012, quando a CPLP aplicou sanções contra a Guiné-Bissau, em decorrência do golpe militar do dia 12 de abril de 2012, as sanções incluíram a suspensão dos programas PEC-G e PEC-PG por dois anos, e nesse período as bolsas do estudo foram redirecionadas à UNILAB (Milani & Conceição & M'bundé, 2016).

Os acordos de cooperação educacional Brasil e Guiné-Bissau envolve diversas áreas de formação; entre elas formação superior, formação técnica e profissional. Deste modo, o governo brasileiro desde 1978 vem atuando nas áreas como; *“alfabetização de jovens e adultos; Concessão de bolsas de estudo; Currículo e gestão; Educação e esporte; Educação preventiva, Educação profissional e estrutura da educação superior”* (Agência Brasileira de Cooperação 2013 apud Fonseca, 2014, p. 73). O Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G) e a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) são dois maiores projetos da Cooperação Educacional brasileira para a Guiné-Bissau (Cambanco, 2016).

É possível afirmar que o presidente Luís Inácio da Silva é, dentre os últimos chefes de Estado, àquele que mais realizou políticas de cooperação voltadas para a África. Isso também se deve ao interesse brasileiro de concretizar a ambição de se tornar um membro permanente das Nações Unidas, o que resta evidenciado no quadro 1, que apresenta acordos de cooperação, uma vez que a renovação da maioria destes acordos se deu em seus mandatos

Figura 1 - Quadro Sintético de Acordos de Cooperação Brasil-Guiné-Bissau

Data de celebração do acordo	Situação	Partes	Objeto	Prevê projetos específicos	Recursos envolvidos	Relaciona-se com a área educacional	Obs
18/05/1978	Vigente	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	“Fortalecer os laços históricos” Formação profissional de Diplomatas	Sim	Concessão de Bolsas de estudo no Brasil	Sim	O “tratado de amizade”, “cooperação e comércio” foi assinado em 1998 durante visita do então Ministro dos Negócios estrangeiros da

							Guiné-Bissau ao Brasil.
14/11/2007	Vigente	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	Transferência de conhecimentos e capacitação técnica para segurança alimentar e o desenvolvimento do Agronegócio em Guiné-Bissau	Sim	Parte 1 (BR), Envio de técnicos á Guiné-Bissau para dar cursos de capacitação na área agrícola, Parte 2 (G-B), designar técnicos para receber capacitação.	Sim	Ajuste ao acordo básico de cooperação técnica na área da agricultura entre as partes
14/11/2007	Vigente	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	“Apoio ao fortalecimento do Centro de promoção do Cajú em Guiné-Bissau”	Sim	Parte 1 (BR) Envio de técnicos para dar formações docente em cursos de processamento de caju. Parte 2 (G-B) Designar docentes para receber a capacitação.	Sim	Ajuste ao acordo básico de cooperação técnica na área de Agroindústria entre as partes
13/08/2008	Vigente	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	"Fortalecimento da Gestão Pública em Guiné-Bissau"	Sim	Parte 1 (BR) Designar equipe de professores para realização de qualificação técnica dos servidores públicos da Guiné-Bissau em treinamento no Brasil Parte 2 (G-B) Enviar servidores guineenses para prestar apoio operacional aos técnicos brasileiros para execução do projeto	Sim	Programa executivo relativo ao acordo básico de cooperação técnica e científica entre os dois países

12/09/2008	Vigente	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	"Apoio a reestruturação dos cursos de Educação profissional em Contabilidade e administração do Centro de Formação Administrativa da Guiné-Bissau"	Sim	Parte 1 (BR), Envio de professores brasileiros para realização de qualificação técnica e pedagógica da mesma instituição Parte 2 (G-B) Escolher professores guineenses para receber a capacitação	Sim	Programa executivo relacionado ao acordo básico de cooperação técnica e científica entre os dois países
28/05/2010	Vigente	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	"Jovens lideranças para multiplicação de boas práticas socioeducativas"	Sim	Parte 1 (BR) Enviar técnicos à Guiné-Bissau para prestar o apoio operacional para execução do projeto Parte 2 (G-B) Designar técnicos para fornecer informações necessárias para realização do projeto	Sim	Convenção do acordo básico de cooperação técnica e científica entre o Brasil e a Guiné-Bissau
06/07/2010	Vigente	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	"Apoio a promoção dos direitos humanos na política nacional de educação de Guiné-Bissau"	Sim	Parte 1 (BR) Enviar técnicos brasileiros para participar das atividades previstas no projeto Parte 2 (G-B) designar técnicos e disponibilizar instalações e infraestrutura adequada para realização das atividades	Sim	Ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica e científica entre as partes
25/08/2010	Vigente	Governo da República		Sim	Concessão Bolsas de estudo	Sim	Formalização do acordo de

		Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	“Reestruturação da Universidade Amílcar Cabral, e a formação de gestores em Guiné-Bissau”		no Brasil, e Envio de profissionais brasileiros para formação e capacitação de gestores em Guiné-Bissau		cooperação técnica na área da educação superior
25/08/2010	Vigente	Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Guiné-Bissau	"Fortalecimento e capacitação técnica das instituições de saúde para atendimento de mulheres e adolescentes vítimas de violência em gênero e promoção de saúde"	Sim	Parte 1 (BR) Enviar técnicos á Guine- Bissau para realizações de atividades Parte 2 (G-B) selecionar técnicos e disponibilizar instalações para execução do projeto	Sim	Ajuste complementar ao acordo de cooperação técnica e científica entre o Brasil e a Guiné-Bissau

Fonte: elaboração própria com base nos documentos disponibilizados pela ABC.

Conforme os documentos oficiais aos quais obteve-se acesso, o primeiro acordo de cooperação foi assinado no âmbito do “Tratado de amizade”, durante uma visita oficial de oito (8) dias (17-24/05/1978) do Sr. Victor Saúde Maria, o então Ministro de Negócios Estrangeiros da República da Guiné-Bissau, atendendo a um convite do antigo embaixador brasileiro, Sr. Antônio F. Azevedo Silveira. Além das áreas prioritárias para a cooperação, foram discutidos temas diversos no campo das relações internacionais e o Brasil também se mostraram solidários com os países que ainda se encontravam em processo de luta pela independência. O acordo visava fortalecer os laços amizade existentes, que “se fundamenta em profundas afinidades históricas, culturais e étnicas,” entre o Brasil e a Guiné-Bissau. Os dois Chanceleres reiteraram a importância do respeito mútuo à soberania nacional, à não interferência nos assuntos internos dos outros países, e à autodeterminação dos povos dentre outros.

Como pode ser visto no quadro síntese, a cooperação entre o Brasil e os países do PALOP, em especial Guiné-Bissau, não envolve transferências financeiras diretas de nenhuma das partes. O Brasil fornece bolsas de estudo, ou seja, disponibiliza vagas nas Universidades brasileiras para os estudantes internacionais, selecionados em seus próprios países, de acordo com os procedimentos estabelecidos pelo Ministério da Educação e a Embaixada Brasileira local. Além da bolsa do estudo, intercâmbios e trocas de experiências, o Brasil possui Centro

de Formação Profissional em Guiné-Bissau onde é realizado treinamento de profissionais através do SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Por meio do programa PEC-G, o Estado guineense tem conseguido formar um número significativo de quadros. A partir de 2011, a UNILAB passou a ser a Universidade chave para cooperação educacional no nível do ensino superior entre os dois países. Deste modo, conforme os dados fornecidos pela própria instituição (UNILAB), atualmente a Guiné-Bissau conta com 687 estudantes ativos e com 1152 jovens já formado nos *campus* situados no Estado da Bahia e do Ceará.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cooperação Norte-Sul acabou por dar institucionalidade à chamada Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Ou seja, essa iniciou com o estabelecimento de relações entre os países do “Norte” e os países do “Sul Global”, a partir daí os países desenvolvidos passaram a ser conhecidos como doadores ao passo que os do “Terceiro Mundo” eram identificados como recipiendários.

No entanto, após um período, os países do Sul Global passaram a questionar as ações promovidas pelos países do Norte Global, visto que os empréstimos e doações não eram suficientes para promoção dos seus desenvolvimentos e muitas vezes provocaram enormes dívidas, além de nem sempre estarem alinhadas com as demandas reais dos países. A partir dessa percepção, surgiu a necessidade de estabelecer uma cooperação mais equilibrada, sem condicionalidades, de acordo com as demandas de cada país, e ao mesmo tempo garantindo a soberania nacional. Disso, começou a tentativa de institucionalizar a agenda da Cooperação Sul-Sul nos debates da ONU.

Portanto, a Cooperação entre os países em desenvolvimento (CSS) é uma cooperação mais horizontal, onde os Estados são vistos de forma igual, sem fazer distinção de índices de desenvolvimento, e pauta-se pelo respeito à soberania nacional de cada país, diferentemente daquilo que é praticado na Cooperação Norte Sul. Mas, apesar da horizontalidade, e da ausência de condicionalidades, ainda sim é uma forma de exercício de *Soft Power*. É importante salientar que apesar de ser lançado constantemente, principalmente pelo presidente Lula, como vínculos fortes e equilibrados. As relações de cooperação do Brasil com os países africanos vão além da “solidariedade” ou “reparação histórica”. Na realidade, essa relação representa uma estratégia de se tornar um doador influente na CID, visto que o país possui a ambição de conseguir assento

permanente no conselho das Nações Unidas, então, a manutenção de cooperação com esses países pequenos é uma maneira de conseguir apoio, e votos dos aliados, e construir uma imagem positiva no cenário internacional para alcançar o seu objetivo. Assim, ganha-se o reconhecimento no plano internacional, não só desses governos envolvidos nos acordos, mas como dos próprios estudantes que ficam com um sentimento de gratidão, pois o Brasil oferece oportunidades de obter formações na modalidade gratuita.

A despeito dessa ressalva, a Cooperação Sul-Sul é muito importante para os países em desenvolvimento, visto que ambos se beneficiam em alguma medida. Através dela, a Guiné Bissau vem formando um número significativo de quadros no nível superior, uma vez que o estado guineense não investe recursos para uma educação de qualidade. Então, essa cooperação cria oportunidades de qualificação para aqueles/as que não possuem condições de custear os estudos em seu país de origem.

No entanto, apesar de tal parceria ter dado resultados imediatos satisfatórios, a Guiné-Bissau ainda carece de profissionais qualificados em todas as vertentes, pois a maioria dos estudantes formados acabam permanecendo fora do país, mesmo depois de terem atingido seus objetivos acadêmicos. As constantes instabilidades política que o país atravessa desde a sua independência, a incerteza da inserção no mercado de trabalho, a falta de investimento do governo, os baixos salários, dentre outros, são fatores que contribuem na insegurança dos estudantes formados sobre o retorno ao país de origem.

Em vista disso, o governo guineense deveria acompanhar a vida estudantil, disponibilizar verbas para uma ajuda financeira e garantir a permanência dos estudantes nas universidades, uma vez que o auxílio estudantil não dá conta de custos de estada deles, também é preciso criar políticas atrativas para despertar interesse dos estudantes formados a voltarem para contribuir ao desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau.

REFERÊNCIAS

ÁGUAS, Leila D' Almeida. **A Cooperação Internacional entre o Brasil e os Países Africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) em matéria de educação superior como instrumento de desenvolvimento Sustentável.** Monografia, Universidade Federal de Santa Catarina-Centro de Ciências Jurídicas, Florianópolis, 2008.

ALMEIDA, Elga Lessa. **Do outro lado do atlântico:** as relações políticas e econômicas entre o brasil e os países africanos desde o século XX, Cadernos do CEAS, Salvador/Recife, n. 241, p. 445-476, mai./ago., 2017 | ISSN 2447-861X.

AMADO, Leopoldo. **Guiné Bissau, 30 anos de independência**. Africana Studia, Nº 8, Edição da Faculdade de Letras da Universidade do Porto pp 109-135, Porto, 2020.

AMORIM, Embaixador Celso L. N.; PATRIOTA, Embaixador Antonio de Aguiar; NOGUEIRA, Embaixador Ruy N. P.; FARANI, Ministro Marco. *A Cooperação Técnica do Brasil para a África*. Agência Brasileira de Cooperação, 2009.

ASSIS, Caroline Chagas de. **A cooperação educacional entre brasil e África**: papel estratégico nos marcos da cooperação sul-sul. UFRGS-Faculdade de Ciências Econômicas Departamento de Economia e Relações Internacionais, Porto Alegre, 2016.

BARROS, Deolindo de; NOGUEIRA, Silvia Garcia. **Cooperação educacional internacional Brasil/África**: do programa estudantes-convênio de graduação (PEC-G) à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Revista de Estudos Internacionais (REI), v. 6, n. 2, p. 2015, 2015.

CÁ, Lourenço Ocuni. **Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau**, Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Faculdade de Educação, , Campinas, SP, [sn], 2005.

CAMBANCO, Deuinalom Fernando. *Relações bilaterais Brasil & Guiné-Bissau no plano educacional durante o governo Lula (2003-2010)*. Monografia (Graduação)- Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, SFC/ BA, 2016.

DJALÓ, Mamadú. **Relações Sul-Sul**: a Cooperação Brasil – Guiné-Bissau Na Educação Superior No Período De 1990 – 2011, Tese (Doutorado)-Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós Graduação em Sociologia Política, Florianópolis 2014.

DJALÓ, Mamadú **Processo de Democratização Da Guiné-Bissau (1991-2019)**, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB/ Malês) SFC/ BA, 2020.

FONSECA, Fernando Mandinga. **Cooperação Internacional Para O Desenvolvimento**: panorama dos Projetos de Cooperação Educacional Realizados por Portugal e pelo Brasil para Guiné-Bissau, PUC Minas, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Belo Horizonte 2014, 108 f. : il.

Da FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e gestão da educação na Guiné-Bissau**: Incoerências e descontinuidades. Tese de Doutorado-Universidade de Aveiro, Departamento de Ciências da Educação, Portugal, 2005.

JUNIOR, Eduardo Brandão Lima *et al.* **Análise documental como percurso metodológico na pesquisa qualitativa**. Cadernos da Fucamp, v.20, n.44, p.36-51/2021

KERCH, Aline Louise; SCHNEIDER, Leonardo Gustavo. **O Brasil na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento: a atuação brasileira na Cooperação Sul-Sul**, Anais do VI Encontro de Estratégia, 2013.

LEITE, Iara Costa. **Cooperação Sul-Sul: conceito, história e marcos interpretativos**. Observatório Político Sul-Americano, Instituto de Estudos Sociais e Políticos Universidade do Estado do Rio de Janeiro IESP/UERJ, Observador On-line | v.7, n. 03/mar. 2012 www.opsa.com.br

LOPES, Luara Landulpho Alves. A cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD) da Agência Brasileira de Cooperação (ABC-MRE): o Brasil como doador, Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP, 2008.

MILANI, Carlos R. S, Evolução histórica da cooperação Norte-Sul. In: SOUZA, André de Mello (Org). **Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**. [Brasília]: IPEA, 2014.277 p. il., gráfs. color. Cap. 2 P. 33- 56.

MILANI, Carlos R. S.; CONCEIÇÃO Francisco Carlos; M'BUNDE, Timóteo Saba. **Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-PALOP**, Caderno CRH, Salvador, v. 29, n. 76, p. 13-32, Jan./Abr. 2016.

RIZZI, Kamilla Raquel. **O grande Brasil e os pequenos PALOP: a política externa brasileira para Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe (1974/2010)**, Tese de Doutorado, UFRGS, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Política. Porto Alegre, 2012.

SOUZA, André de Mello *et al.* Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento, organizador: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada- Ipea, [Brasília]: 2014.277 p. il., gráfs. color. Cap. 1 P. 11-32.

ULLRICH, Danielle Regina; CARRION, Rosinha Machado. **A Cooperação Brasileira na Área da Educação nos PALOP's no Período 2000-2012: Principais Atores e Projetos**, Sociais e Humanas, Santa Maria, V. 27, N. 01, Jan/Abr 2014, P. 146 – 160, RS, 2013.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **A política africana do governo Lula**. Núcleo de Estratégia e Relações Internacionais/UFRGS. Rio Grande do Sul, 2008.

Relatório de IDH de PNUD 2023-2024 <https://hdr.undp.org/data-center/human-development-index#/indicies/HDI> <acesso em 01/06/2024.